



o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 255 • Preço 6500 • 10-11-76 • Propriedade de Editorial Caminho

HISTÓRIAS DE RETORNADOS

Págs. 10/11

UMA UNIVERSIDADE NÃO É UMA ESQUADRA

Editorial na pág. 3

MAIS EX-ANP's NAS LISTAS CDS E PPD

A Frente Eleitoral Povo Unido denunciou mais dois ex-ANP, que encabeçam listas do CDS e do PPD-PSD, às próximas eleições para as autarquias locais.

Assim, em Faro, o primeiro

candidato da lista do CDS à Câmara Municipal, o arquitecto José Maria Aboim de Barros, era o sócio n.º 54 001 da ex-ANP, admitido em Abril de 1976.

A mesma presença de candidatos ligados ao antigo regime também acontece em Celorico de Basto, onde o PPD-PSD indicou como cabeça de lista à Assembleia Municipal o professor primário António Joaquim Andrade Bastos, antigo membro da comissão concelhia da ex-ANP. Por essa razão, ele havia sido demitido da actual Comissão Administrativa.

Ao contrário, e mesmo enfrentando o boicote da imprensa estatizada e da direita, os objectivos da Frente Eleitoral Povo Unido vêm sendo bem compreendidos pela população. Por exemplo, a comissão da Aldeia da Maça denunciou antigos senhores de antes do 25 de Abril que passaram pelas autarquias locais e só «se preocuparam com os «seus» interesses particulares». Hoje, a aldeia que antes era «cercada de arames», «com terras abandonadas» e as «crianças indo a pé para as escolas», modificou-se. «As terras então abandonadas, dão riqueza. Há água. Há luz. Mais estradas. Um jardim infantil. Uma escola em construção». Em síntese, «uma aldeia feliz», porque é administrada segundo os interesses da sua população.

(Pág. 5)

Registo Quem organizou o programa?

Encontram-se em Lisboa representantes de um organismo da Comunidade Económica Europeia intitulado Grupo de Estudo Portugal. Segundo o seu presidente, sr. Scalia, um dos objectivos da visita «é compreender a realidade económica e social do País». Esclareceu o sr. Scalia que a CEE está interessada em «favorecer o desenvolvimento e a consolidação da democracia em Portugal, bem como a «modernização da economia» nacional.

Esses objectivos são altamente louváveis. Menos louvável é o tipo de reuniões de trabalho organizado para que a caravana da CEE compreenda o País. O Grupo Portugal reuniu-se, por exemplo, com representantes da CIP e da CAP.

Será através das opiniões do sr. Vasco de Melo e do sr. Casqueiro (dirigente de uma associação de agrários não reconhecida pelo Ministério da Agricultura) que os representantes da Comunidade Económica Europeia esperam compreender a realidade económica e social portuguesa? Será escutando e estudando os planos da CIP e da CAP que essa missão extraordinária da CEE se prepara adequadamente para «favorecer o desenvolvimento e a consolidação da democracia» no nosso País?

Quem terá organizado o programa da visita? Porventura (como foi dito numa reunião por um dos membros do Grupo) o Ministério dos Negócios Estrangeiros é responsável pelos encontros com a CIP e a CAP?

AGRAVA-SE O PROBLEMA DA «MACONDE» FORÇA POLICIAL CARREGOU SOBRE OPERÁRIOS DE BRAGA

- TRABALHADORES FERIDOS NOS INCIDENTES
- GOVERNO PASSIVO PERANTE O «LOCK-OUT»

Forças da PSP carregaram ontem sobre trabalhadores em duas cidades do País: Braga e Lisboa. Os incidentes da capital minhota provocaram ferimentos — alguns de certa gravidade — em operários da empresa «Maconde», não sendo perceptíveis as razões da brutal intervenção das forças policiais. Como temos noticiado, aquela fábrica pertence a uma multinacional holandesa encontra-se impedida de laborar por claro «lock-out» patronal com apoio de alguns trabalhadores que lhe são afectos, na sequência de uma ingerência ilegal do patronato num plenário de trabalhadores. Duas operárias foram suspensas pela gerência, ao que se opôs a maioria dos colegas de trabalho. O grupo de fiéis servidores da administração boicotou, depois, a laboração

da fábrica, cortando a energia eléctrica e provocando já um enorme prejuízo à economia nacional.

Ontem, o grupo maioritário dos 600 operários dirigiu-se ao local de trabalho, como todos os dias tem feito. Encontrou pela frente, contudo, um forte dispositivo policial que usaria da violência para dispersar a inevitável concentração de trabalhadores impedidos de entrar nas instalações fabris. Mais tarde, os operários entraram, um a um, identificados pelo administrador holandês, que impediria, com apoio da polícia, a entrada de uma representante dos trabalhadores suspensa arbitrariamente. Conduzida sob prisão à esquadra, essa operária sairia em liberdade duas horas depois, após intervenção dos seus

advogados. Algumas colegas tiveram de receber tratamento, havendo mesmo casos de hospitalização em consequência dos ferimentos recebidos. A ocorrência mais grave teve como vítima uma senhora, grávida de oito meses, que teve de ser transportada para o Hospital de S. João no Porto.

Não foi esta a primeira vez que se verificaram tentativas de fazer intervir a PSP, aparentemente por ordem directa do governador civil do distrito. Em todos os casos, a exemplo de ontem, os trabalhadores da «Maconde» têm beneficiado de um forte movimento de solidariedade da parte da população local e dos trabalhadores de outras empresas da região.

Estas medidas repressivas são tanto mais preocupantes quanto é certo nenhuma sanção ter sido aplicada a uma empresa

que pratica nítido «lock-out», proibido por lei e pela Constituição e se ter verificado um inquérito aos acontecimentos promovido pelo Ministério do Trabalho, que deu razão aos trabalhadores em luta contra as prepotências. Ontem mesmo, o grupo parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um requerimento pedindo ao Governo explicações sobre tão estranhos e graves acontecimentos. (Mais noticiário na Pág. 9)

INCIDENTES NA ESTAÇÃO FLUVIAL DE BELÉM

A alteração dos horários das carreiras de barcos para a Trafaria, com a criação de uma escala forçada em Porto Brandão, provocou, ao fim da tarde de ontem, incidentes, junto à Estação Fluvial de Belém, quando uma força de intervenção da PSP dispersou, com o uso de bastões, muitas dezenas de passageiros que se recusavam a pagar bilhete.

Desde cerca das 17 horas que diversos elementos da polícia do Porto de Lisboa tinham montado um dispositivo no sentido de levar os passageiros a adquirir bilhete. Estes já há uma semana que se recusavam a fazê-lo, como forma de luta contra a alteração dos horários das carreiras e os aumentos tarifários, em vigor desde o passado dia 1 de Novembro.

Com a grande concentração de utentes que, aquela hora de «ponta» começaram a afuir à Estação de Belém, a polícia acabou por chamar uma força de intervenção que, pelas 20 horas, dispersou, à bastonada, as pessoas que ali se encontravam.

Os passageiros, na sua maioria residentes na Trafaria, solicitaram à Transtejo, empresa transportadora, a alteração das carreiras que, agora, fazem o percurso com passagem pelo Porto Brandão. Também o aumento do preço dos bilhetes de 5500 para 6550 tem provocado protestos públicos. Dando seguimento às decisões de um plenário de moradores efectuado na Trafaria, os passageiros dispunham-se a viajar (e alguns conseguiram-no ainda) sem adquirir bilhete. No entanto, o dispositivo montado, com antecedência pelas forças policiais, alterou a situação.

Cerca das 23 horas, a força de intervenção tinha já abandonado a zona da Estação Fluvial de Belém.

HOMENAGEM DOS DEPUTADOS ÀS VÍTIMAS DO TARRAFAL Pág. 11



Uma novidade na Assembleia da República: Lopes Cardoso, até há dias ministro da Agricultura e Pescas, ocupa o seu lugar em S. Bento quando começa a discutir-se uma proposta anti-Reforma Agrária apresentada pelo CDS.

POR DECISÃO DA RELAÇÃO DE LISBOA

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL PODERÃO FAZER PROVA EM TRIBUNAL DAS SUAS ACUSAÇÕES CONTRA TOMÁS ROSA

O Tribunal da Relação de Lisboa acaba de proferir um acórdão que se reveste da maior importância no processo de estruturação da legalidade democrática. Relaciona-se esse acórdão com o caso, oportunamente noticiado por «o diário», que envolve um processo crime movido contra o nosso director e também contra trabalhadores da Construção Civil, acusados de difamarem e injuriarem o então ministro do Trabalho, sr.

Tomás Rosa.

Na primeira audiência, os réus fizeram um requerimento declarando que desejavam fazer a prova da verdade dos factos imputados àquele então ministro do Trabalho, para se ver que nem o tinham difamado nem injuriado.

O juiz do 4.º Juízo Correccional indeferiu este requerimento, pelo que os trabalhadores da Construção Civil, réus do processo,

interpuseram recurso para a Relação de Lisboa.

O delegado do Ministério Público no 4.º Juízo Correccional apoiou o despacho de indeferimento do juiz; porém, o Ministério Público junto da Relação foi do parecer que os réus tinham razão. E efectivamente a Relação de Lisboa acaba de decidir por acórdão de 9 do corrente que os réus, em sua defesa, podem fazer a prova da

verdade dos factos que atribuem àquele então ministro, matéria que por este fora considerada injuriosa.

Neste sentido, a Relação de Lisboa revogou o despacho do juiz do 4.º Juízo Correccional. Deste modo, no julgamento que irá seguir-se, os trabalhadores da Construção Civil poderão amplamente demonstrar a verdade das suas imputações ao então ministro do Trabalho.

ÁLVARO CUNHAL AOS JORNALISTAS

Comité Central deverá ser alargado no VIII Congresso do PCP

«Nós comunistas dissemos muitas vezes que o nosso interesse maior é servir o nosso povo e a nossa Pátria. Esperamos que o VIII Congresso será um grande e positivo contributo para a construção da democracia no nosso País a caminho do socialismo» — disse, ontem, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, no final da breve introdução à conferência de imprensa que, no Centro de Trabalho daquele Partido situado na Avenida da Liberdade (antigo Hotel Vitória) reuniu numerosos jornalistas e operadores da televisão nacionais e estrangeiros.

«No decorrer do período das perguntas e respostas Álvaro Cunhal viria a anunciar oficialmente que durante o VIII Congresso iria ser proposto o alargamento do Comité Central, tendo reafirmado também o princípio do internacionalismo proletário afirmando, a propósito, que o PCP considera «inseparáveis os seus deveres nacionais e internacionais». O secretário-geral do PCP, respondendo sempre de bom humor aos jornalistas — que chegaram a fazer perguntas relacionadas com... problemas de «segurança especial» para a realização do Congresso, mostrando-se igualmente muito interessados em saber se entre as organizações convidadas se encontravam os GDUP's... falou ainda da solidariedade internacional e independência nacional, de diferentes concepções de socialismo, do clima social existente em Portugal, da justeza da linha política que o PCP tem seguido, da participação efémera do Partido no Secretariado Provisório da FUR no Verão passado, e nalguns aspectos autocríticos que, de resto, já foram focados nas teses publicadas pelo seu órgão oficial «Avante!».

O ALARGAMENTO DO CC

A primeira questão posta a Álvaro Cunhal relacionava-se com o possível alargamento do Comité Central do PCP. Disse o secretário-geral daquele Partido: «O Comité Central vai ser alargado. Ou melhor: o Comité Central cessante propôs no Congresso o alargamento. Trata-se de uma necessidade. Basta dizer que o CC actual é o que veio da clandestinidade, com algumas cooptações. Hoje as tarefas são completamente diferentes. Há muitos quadros com experiências novas, há frentes de trabalho muito diversificadas. A experiência da Revolução não é menor do que a experiência da clandestinidade. Não temos no nosso Partido restrições entre os membros que vêm de antes do 25 de Abril e aqueles que vieram depois. Todos temos os mesmos direitos e os mesmos deveres».

Quanto às novas tarefas do Partido que exigem novos elementos para o CC — questão posta por uma jornalista dos EUA — Álvaro Cunhal adiantaria que o «CC está com dificuldades para responder a todas as exigências de trabalho do Partido». E acrescentou: «Estamos empenhados na construção da democracia portuguesa. Não

temos uma posição contestatária. Temos uma posição efectiva e real na construção da democracia em Portugal. Isso significa que há muitas frentes de trabalho. É bom que no CC estejam presentes todas essas frentes e que aí estejam presentes as múltiplas experiências que têm os nossos camaradas e tomem parte nas decisões. Nós acreditamos também no trabalho colectivo — e não apenas no CC, como em todo o Partido».

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Outra questão importante foi levantada por um jornalista da RDA, que se referiu «à responsabilidade ainda maior do PCP, neste momento, no internacionalismo proletário». Respondeu Álvaro Cunhal: «O nosso Partido considera inseparáveis os nossos deveres nacionais e internacionais. O nosso Partido não cede a quaisquer pressões ou ameaças para modificar as suas posições internacionalistas. Não cedemos no tempo do fascismo, quando ser internacionalista representava perseguições, torturas, etc. Como somos hoje, seremos sempre solidários com os partidos comunistas irmãos, com a classe operária e com o movimento revolucionário que luta contra o imperialismo. Mas, pensamos também que o nosso principal dever internacionalista é lutar no nosso país pela construção de uma sociedade democrática que acabe com a exploração do homem pelo homem». Interrogado depois por uma jornalista portuguesa que, de um modo algo confuso, levantou a questão da solidariedade internacional e a correlação de forças existente «que não permite que em Portugal se possa ir muito longe na construção do socialismo», Álvaro Cunhal viria a dizer: «A solidariedade internacional de nenhuma forma põe em causa a autonomia e a independência das decisões de qualquer partido no seu próprio país. Cada força revolucionária no seu país escolhe o caminho que é mais conveniente ao povo do seu país. Somos solidários com os povos que talvez não tenham escolhido o que nós pensamos ser o mais correcto. Podemos ter mesmo a opinião que este ou aquele partido comunista irmão não tenha a orientação mais correcta. Mas não o criticamos publicamente e continuamos a ser solidários com ele. Não vemos como tal solidariedade pode influenciar as decisões do povo português quanto ao seu futuro. O que eu pergunto é se nos nossos dias tudo o que se decidiu em Portugal é independente de pressões exteriores.» Depois de afirmar que «cabe ao povo português decidir da sua democracia e futuro e há que ver e aprender com os outros povos que conseguiram notáveis progressos na reforma profunda da antiga sociedade», Álvaro Cunhal adiantaria ainda: «E se falamos em socialismo e no caminho para o socialismo que está escrito na nossa Constituição, nós, comunistas, pensamos que socialismo não será aquele socialismo que dizem existir na Europa Ocidental».

Já quase no final da conferência, perguntaram ao secretário-geral do PCP se

considerava que «a estratégia do seu partido tinha sido sempre correcta». A resposta não se fez esperar: «Nos últimos tempos falou-se muito de uma remodelação no PCP. Como se sabe, também vem de há muito uma campanha que diz que o PCP precisa de se transformar, precisa de ser um partido à maneira ocidental. Quem diz isto, naturalmente, não são os trabalhadores, mas os partidos de direita e de tendência social-democrata. Em relação à orientação do nosso partido creio que seria muito útil que as forças políticas portuguesas pensassem muito seriamente nos seus objectivos de há uns anos e os confrontassem com a realidade que hoje vivem». Referindo-se depois ao programa aprovado em 1965 no último Congresso Ordinário do PCP, Álvaro Cunhal afirmaria então que «olhando para a realidade actual de Portugal nós não temos razões para estar pouco satisfeitos». E concluiu: «No fundamental a linha estratégica do PCP foi confirmada pela vida. Isto não quer dizer que o Partido tenha sempre acertado. Não há nenhum partido nem força política que não cometa erros. Tentamos aprender com todas as nossas experiências de luta e corrigirmos o que tivermos de corrigir. Mas, sem dúvida que este Congresso será a confirmação da justeza da linha política do PCP».

COMISSÃO DO «POVO UNIDO» DECLARA «Só os democratas defenderão interesses populares»

A aldeia da Maçã era «cercada de arames; aldeia com as terras abandonadas; crianças a pé para as escolas; aldeia marginalizada... Hoje, o que é a nossa aldeia?» — pergunta a Comissão da Frente Eleitoral Povo Unido da aldeia da Maçã, em Sesimbra, distrito de Setúbal. «As crianças deixaram de ir a pé para a escola. As terras então abandonadas dão hoje riqueza. Há água. Há luz. Mais estradas. Um jardim infantil. Uma escola em construção. Há abrigos nas paragens. Uma aldeia mais feliz.» Tudo isso, explica a comissão de aldeia do «Povo Unido», porque «à frente das autarquias locais apareceram pessoas honestas, pessoas saídas do seio do povo e viradas para a defesa intransigente dos nossos interesses». Antes do 25 de Abril, os «senhores que por lá passaram, nunca se preocuparam com as verdadeiras necessidades e os reais problemas das populações. Só se preocuparam com os (seus) interesses particulares». Assim, a comissão apela para toda a população votar nos candidatos democratas, no dia 12 de Dezembro.

OUTRO FASCISTA-CDS

O cabeça da lista do CDS que concorre à Câmara Municipal de Faro, arquitecto José Maria Aboim de Barros, era o sócio n.º 54 001 da ex-ANP, admitido em 17 de Abril de 1967. A Frente Eleitoral Povo Unido entregou ontem um protesto no Tribunal da Comarca de Faro, contra tal candidato.

CASTELO BRANCO

Mais de 140 democratas subscrevem um manifesto da Frente Eleitoral Povo Unido, «aos cidadãos de Castelo Branco». Os subscritores, pertencendo às mais variadas profissões e estando muitos deles situados em diferentes posições políticas, têm contudo, em comum, a vontade firme de ver colocados na Câmara e na Assembleia Municipal de Castelo Branco homens e mulheres capazes

de defender os interesses das populações e de evitar que saiam vencedores destas eleições os caciques e os seus fiéis servidores, ligados a um passado próximo cujo comportamento de corrupção e desonestidade está ainda fresco na memória de todos».

No seu manifesto, a FEPU propõe-se a lutar para que «à frente das Câmaras e das Assembleias Municipais ou de Freguesia venham a ficar homens honestos e cumpridores, verdadeiros democratas dedicados aos interesses e ao bem estar das populações» combatendo os que pretendem que «venham a encabeçar esses órgãos de administração local os reacçãoários e os caciques que durante 48 anos exploraram e oprimiram desumanamente o nosso povo». Assim as «populações poderão ver ou não os seus justos desejos de progresso local realizados».

CANDIDATOS DE ALMADA

Realizou-se, na Incrível Almadense, um plenário com os candidatos das listas da Frente Eleitoral Povo Unido à Câmara Municipal e Assembleia Municipal encabeçadas, respectivamente por José Martins Vieira e Romeu Henrique Correia; e assembleias das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Caparica, Costa de Caparica e Trafaria. O plenário debateu vários aspectos da campanha eleitoral. Candidatos de várias freguesias denunciaram que os chamados GDUP, pretens movimento unitário, vem tentando dividir as populações menos esclarecidas. Também condenaram o sistemático boicote da imprensa estaziada e de direita às diversas actividades que a FEPU vem realizando em todo o país. Alertaram ainda que o facto de alguns partidos de direita não concorrerem em algumas freguesias, representa um esforço para não dividir os votos

reacçãoários. Por exemplo, o PPD não concorre na Costa de Caparica para não prejudicar o CDS que obteve boa percentagem naquele local, nas eleições para a Assembleia da República.

A proclamação da Comissão Concelhia de Almada da Frente Eleitoral Povo Unido ressaltou que «a composição das listas» que apresentou «abrange uma larga gama de forças políticas e sociais compreendendo elementos de partidos políticos e personalidades independentes». Com elas «está pois aberto o caminho para obter a indispensável força política e social que reunirá os democratas de Almada numa frente eleitoral representativa dos interesses locais. O amplo movimento de carácter nacional — sublinha a proclamação — que é a Frente Eleitoral Povo Unido, animada do sentimento de unidade e democrática que transcende as lutas partidárias e consciente do perigo de recuperação do fascismo, está aberta a todos os cidadãos democratas que queiram colaborar num projecto político rumo ao socialismo».

Por outro lado, a Câmara informou, na última sexta-feira, aos representantes das comissões de moradores e de trabalhadores do Concelho de Almada, e dos trabalhadores de limpeza, que tinha sido aberto concurso para a construção de mais 200 contentores para a recolha de lixo.

ALENQUER

A Frente Eleitoral Povo Unido foi a primeira organização a entregar as suas listas por as 14 freguesias do concelho, assembleia e câmara municipais, e a única a conseguir fazê-lo dentro do prazo fixado por lei. «As várias e consideráveis dificuldades da lei eleitoral mostraram em todas as freguesias do nosso concelho, tal como em muitas outras por todo o país, a utilidade da formação da Frente, como movimento unitário popular e meio de apoio jurídico a proposição de listas». A FEPU abriu um centro na vila de Alenquer, rua Triana n.º 120 e vai começar a discutir o seu programa com as populações.

Entretanto, em Celorico de Basto, as listas da FEPU para a Assembleia e Câmara Municipal serão encabeçadas, respectivamente por António Marinho Dias, advogado, e João Gonçalves da Silva Bastos, médico. Em diversas freguesias do concelho, a Frente concorrerá com listas constituídas por pessoas ligadas a diversos partidos ou independentes.

A lista do PPD para a Assembleia Municipal é encabeçada pelo professor primário António Joaquim Andrade Bastos, que pertenceu à Comissão concelha da ANP.

COMICIO EM VIANA DO CASTELO

Realiza-se hoje, pelas 21.30 no Teatro Sá de Miranda, um comício da Frente Eleitoral Povo Unido, para apresentação dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipais de Viana do Castelo.

MINISTRO BELGA EM LISBOA

Semelhança entre Portugal e países capitalistas é condição necessária

Para tratar de questões relacionadas com a entrada de Portugal no Mercado Comum, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, deslocar-se-á a Bruxelas, a convite do seu homólogo belga — anunciou o ministro Van Elsland ontem, durante uma conferência de imprensa.

Depois de declarar que a sua visita a Portugal lhe permitiu «compreender melhor a situação portuguesa depois da revolução», o ministro belga falou sobre os seus encontros com o Presidente da República, Primeiro-Ministro e Presidente da Assembleia da República, «durante os quais foram focadas questões bilaterais e internacinais».

No que respeita às questões bilaterais, o ministro belga dos Negócios Estrangeiros salientou que não foram tratados problemas políticos, mas sim económicos, como os dos investimentos que, «após uma fase de hesitação», parecem estar agora a «recuperar confiança». Informou ainda que vários industriais belgas já se deslocaram ao nosso país, para

estudar as possibilidades actuais de investimento.

Van Elsland revelou que um dos aspectos focados durante o encontro foi a situação na África Austral, pela sua «natureza escaldante» e ainda pelo facto de «as ex-colónias portuguesas pertencerem à zona fronteira onde actualmente se joga o futuro de milhões de seres humanos». Daí o interesse do governo belga em conhecer a posição do governo português sobre esta questão.

No final da conferência de imprensa, referindo-se à integração de Portugal na comunidade dos países capitalistas europeus, o ministro belga sublinhou que estes sempre puseram «como condição sine qua non» a essa integração, a de Portugal «se tornar uma estrutura política semelhante à dos países da Comunidade».

Também o ministro Medeiros Ferreira se referiu à adesão do nosso país à CEE, informando que, em princípio, esta é aceite por todos os membros da comunidade, cujas opiniões variam apenas quanto

à forma por que essa adesão deverá processar-se. O ministro português informou ainda que o pedido formal de adesão será feito durante o próximo ano, depois de uma visita do Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, às capitais dos diferentes países membros da CEE.

A concluir, Medeiros Ferreira anunciou a criação de um comissariado que tratará apenas de questões relativas à integração e que funcionará junto do Primeiro-Ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros.

PUB. REVISTA MENSAL DA UEC

linha geral

para a juventude estudantil portuguesa



PUB. FRENTE ELEITORAL

POVO UNIDO

Apresentação dos candidatos do concelho de Almada

4.ª FEIRA, DIA 10, PELAS 21 E 30

na Incrível Almadense

Com a presença de

Anselmo Aníbal • Francisco Simões
Dina Bastos • Romeu Correia
Lopes Mendonça e José Vieira